

Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016

Nota introdutória

A DREM divulga os principais resultados definitivos do Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF) 2015/2016, referentes à Região Autónoma da Madeira (RAM), realizado entre março de 2015 e março de 2016, junto de uma amostra representativa dos agregados familiares residentes no país, com estratificação regional.

O objetivo principal desta operação quinquenal é o apuramento da estrutura das despesas familiares de acordo com a Classificação do Consumo Individual por Objetivo (COICOP), concorrendo, deste modo, para a atualização dos ponderadores do Índice de Preços no Consumidor e para as estimativas de Consumo Privado das Contas Nacionais.

Os resultados apresentados têm por base despesas totais (monetárias e não monetárias) e correspondem a despesas anuais médias por agregado familiar, dependendo assim do total da despesa e também do total de agregados.

Análise de resultados

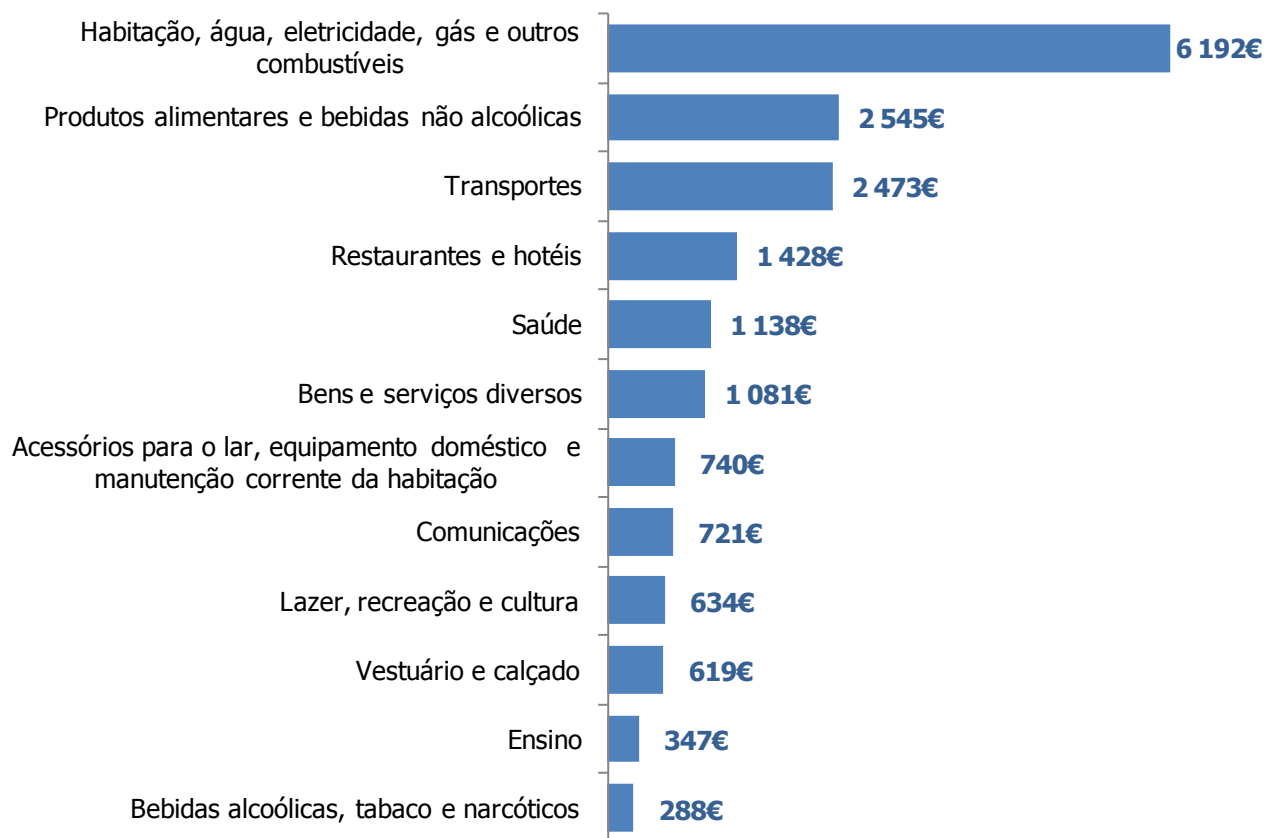
Despesas

Os resultados do IDEF 2015/2016 (ou seja no período de um ano a contar de março de 2015) indicam que a despesa anual média por agregado dos residentes na RAM foi de 18 204€, representando uma diminuição de 2,1% relativamente à despesa anual média de 18 586€ em 2010/2011.

Do total da despesa, 34,0% (6 192€) destinavam-se a despesas com Habitação (incluindo gastos com água, eletricidade, gás e outros combustíveis), que, em conjunto com as despesas de Alimentação (14,0%, 2 545€) e Transportes (13,6%, 2 473€), concentravam 61,6% da despesa média anual do total das famílias madeirenses. Esta estrutura de consumo é muito similar à do país, verificando-se igualmente uma maior concentração da despesa naquelas três componentes, com 60,3% da despesa anual média distribuída por Habitação (31,9%), Alimentação (14,3%) e Transportes (14,1%).



Despesa total anual média por agregado e divisões da COICOP, RAM, 2015/2016

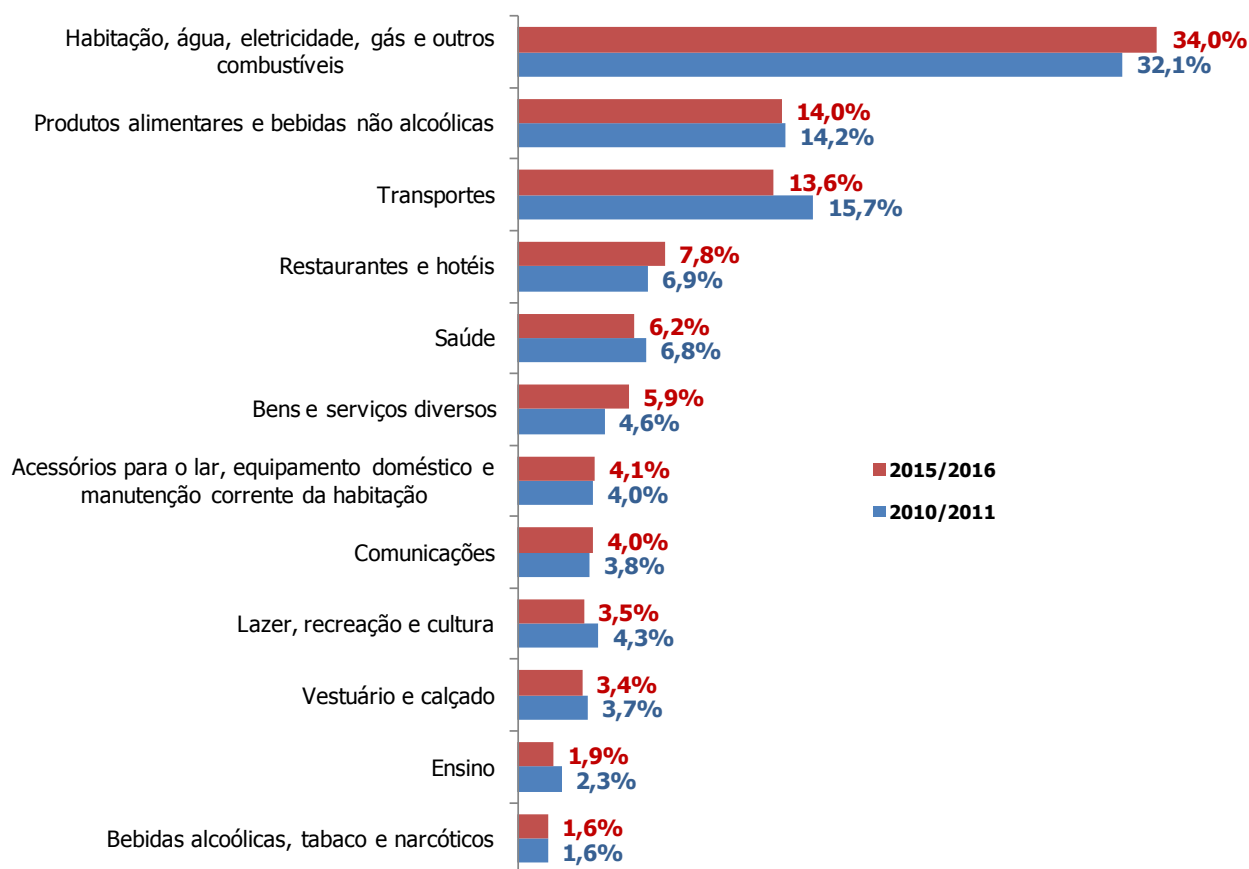


A concentração das despesas nestas classes manteve-se nos últimos 5 anos, embora o peso das despesas em "Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis" tenha passado de 32,1% em 2010/2011 para 34,0% em 2015/2016, em contraponto com a ligeira perda de relevância das despesas em "Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas" em 0,2 p.p. (de 14,2% em 2010/2011 para 14,0% em 2015/2016) e também com a queda de importância das despesas em "Transportes" que representavam 13,6% do total da despesa total anual média em 2015/2016, -2.1 p.p. que cinco anos antes.

Destaque ainda, no mesmo período, para as evoluções observada nas despesas com "Restaurantes e Hotéis" (+0,9 p.p.) e com "Bens e Serviços Diversos" (+1,3 p.p.). Ao invés, o "Lazer, recreação e cultura" perdeu peso entre 2010/2011 e 2015/2016, passando de 4,3% da despesa total anual média do total para 3,5%, à semelhança das despesas em "Saúde" que sofreram um recuo de -0,6 p.p..



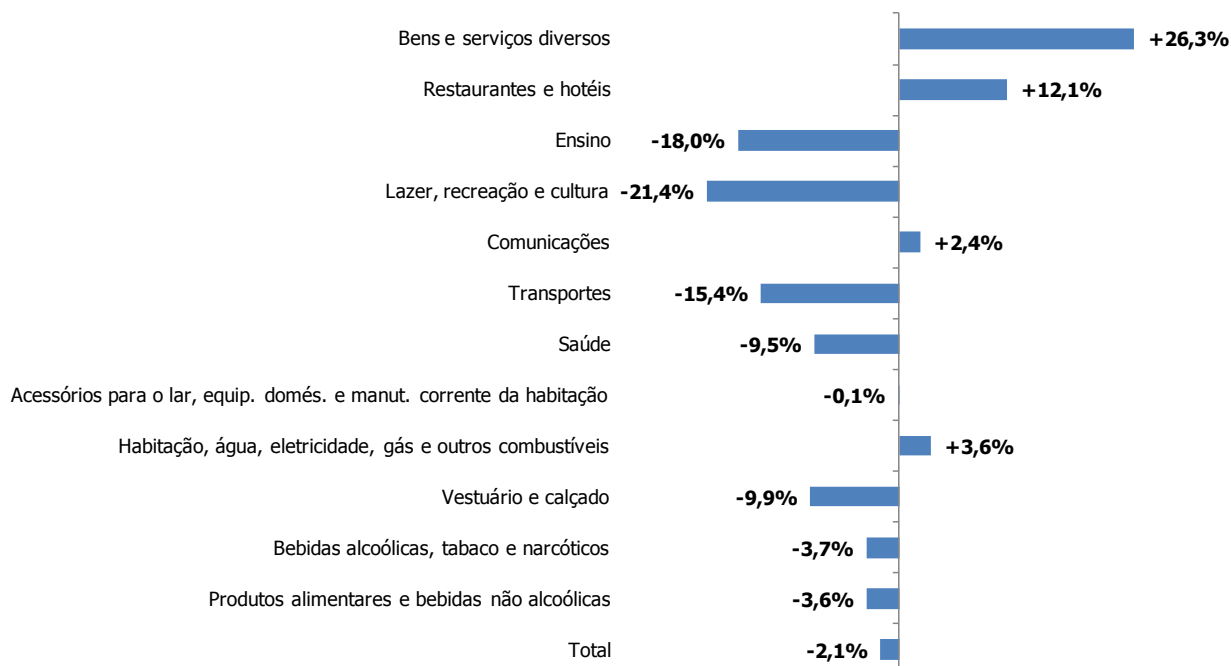
Estrutura da despesa total anual média por agregado e divisões da COICOP, RAM, 2010/2011 e 2015/2016



No que diz respeito à evolução da despesa anual média, que, como já foi atrás mencionado, diminuiu 2,1% em termos nominais, foram as despesas médias anuais com Lazer (-21,4%), Ensino (-18,0%) e Transportes (-15,4%) que mais caíram entre 2010/2011 e 2015/2016. Em sentido inverso, as despesas com "Bens e serviços diversos" (+26,3%) e "Restaurantes e hotéis" (+12,1%) foram as que mais cresceram.



Evolução da despesa total anual média por agregado e divisões da COICOP, RAM, 2010/2011 e 2015/2016



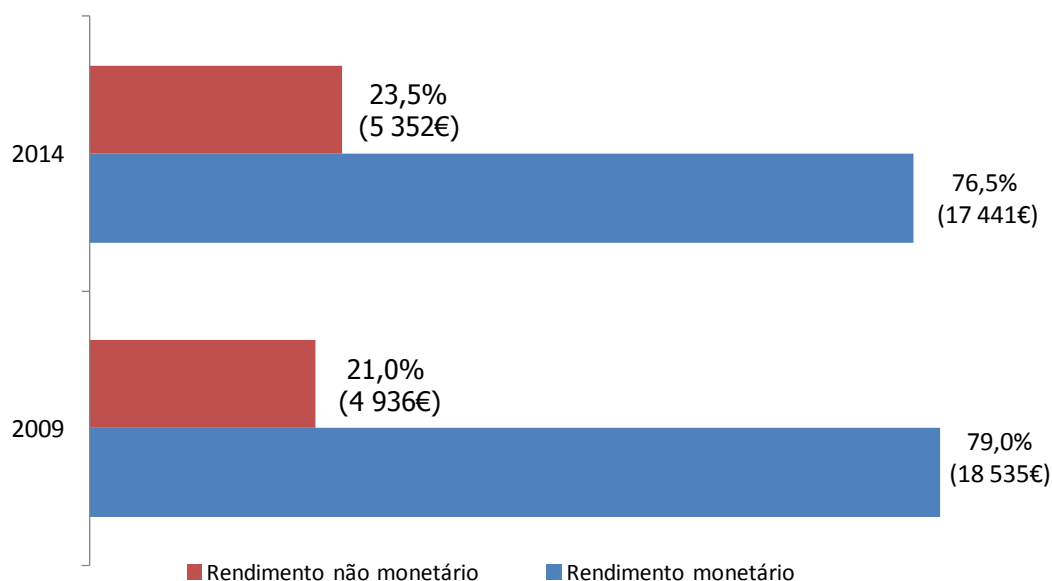
Rendimentos

O rendimento líquido anual médio por agregado familiar na RAM em 2014 (ano para o qual os agregados inquiridos reportaram os seus rendimentos) era de 22 793€, ou seja, uma média de 1 899€ mensais. Em 2014, observou-se uma redução do rendimento líquido anual médio, de 2,9%, face a 2009, devido sobretudo à diminuição verificada no rendimento monetário, de -5,9%, já que o rendimento não monetário, ao invés, cresceu em 8,4%.

O rendimento monetário líquido (17 441€) representava 76,5% do rendimento total líquido das famílias residente na RAM, sendo os restantes 23,5% relativos ao rendimento não monetário (5 352€), constituído pelo autoconsumo, autoabastecimento, autolocação (rendas subjetivas) e recebimentos gratuitos ou a título de salário.



Rendimento anual médio, RAM, 2009 e 2014



Os rendimentos do trabalho constituíram a principal fonte de rendimento dos agregados familiares, representando 53,4% do rendimento total líquido. No conjunto dos rendimentos de trabalho, os auferidos por conta de outrem (10 792€ em média) excederam substancialmente (quase 8 oito vezes mais) os rendimentos por conta própria (1 377€ em média). Os rendimentos de pensões representavam 18,4% do total do rendimento total anual médio, situando-se em 4 191€ (média anual).

No que se refere ao rendimento não monetário, destacam-se os valores da componente autolocação (ou seja, rendas subjetivas, isto é, valor da renda estimado pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito de valor hipotético de residência principal), que representavam 74,2% do rendimento não monetário e 17,4% do rendimento total anual.

Indicadores de desigualdade e de pobreza (rendimento monetário e não monetário), RAM, 2009, 2014

unidade: %

	Taxa de risco de pobreza		Coeficiente de Gini	
	2009	2014	2009	2014
Rendimento total	16,1	21,6	29,9	31,7
Rendimento monetário	18,8	27,8	33,1	36,2

Fonte: INE/DREM - IDEF - Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011 e 2015/2016



Em 2014, na RAM, a taxa de risco de pobreza (proporção de população detendo um rendimento total por adulto equivalente inferior à linha de pobreza), considerando os rendimentos totais (monetário e não monetário) situou-se em 21,6%. Nesta variável, os resultados por NUTS II mostram que ambas as Regiões Autónomas apresentam taxas de risco de pobreza acima da média nacional (15,9%) e que atingem o expoente na Região Autónoma dos Açores (27,5%). A Área Metropolitana de Lisboa é a região NUTSII com o valor mais baixo (12,4%). No que diz respeito à desigualdade medida pelo coeficiente de Gini (nível de desigualdade do rendimento total por adulto equivalente), o mesmo situou-se, na RAM, em 31,7%, valor muito próximo da média nacional (31,6%) e inferior ao da Área Metropolitana de Lisboa (33,9%) e da Região Autónoma dos Açores (33,8%). O Centro é a região NUTS II que apresenta o coeficiente de Gini mais baixo (28,0%).

Em 2014, os rendimentos não monetários continuaram a assumir um papel importante na Região, quer para atenuar o fenómeno da pobreza, quer a desigualdade, fazendo reduzir a taxa de risco de pobreza em 6,2 p.p. e o coeficiente de Gini em 4,5 p.p..

Indicadores de conforto

Para a quase totalidade das famílias residentes da RAM, verificava-se em 2015/2016, o acesso generalizado a itens de conforto básico no alojamento de residência principal. A proporção de alojamentos com fogão (99,8%), frigorífico (99,3%) e máquina de lavar roupa (95,6%) demonstra a provisão comum deste tipo de equipamentos de apoio ao trabalho doméstico. Verifica-se ainda a importância de um segundo conjunto de equipamentos de apoio ao trabalho doméstico disponíveis nos agregados familiares, constituído por micro-ondas (88,1%), aspirador (72,7%) e arca frigorífica (48,0%).

Em relação ao período 2010/2011, a proporção de alojamentos com máquina de lavar loiça cresceu 6,8 p.p. para 24,1%. Contrariamente, a percentagem de alojamentos com arca frigorífica caiu 7,9 p.p. para os 48,0%.

De acordo com os resultados do IDEF 2015/2016, os aparelhos de televisão eram comuns à quase totalidade dos alojamentos da Região (99,1%) e 86,4% tinha equipamento para acesso a televisão por cabo ou satélite (box ou antena).

A posse de telemóvel era predominante face à de telefone fixo, com 93,6% de agregados a terem acesso a pelo menos um telemóvel, enquanto apenas 85,1% tinham telefone fixo.

67,9% dos agregados dispunham de computador (+9,1 p.p. que em 2010/2011) e 24,1% tinham acesso a uma consola de jogos (+4,3 p.p.)

72,7% dos agregados dispunham de pelo menos um automóvel, +8.0 p.p. do que em 2010/2011.



Agregados familiares com alguns bens de conforto, 2010/2011-2015/2016
Região Autónoma da Madeira

unidade: %

	2010/2011	2015/2016
Equipamento de apoio ao trabalho doméstico		
Fogão ou placa	99,5	99,8
Micro-ondas	83,8	88,1
Aspirador	70,9	72,7
Máquina de lavar roupa	95,2	95,6
Equipamento de comunicação e lazer		
Telefone - rede fixa	64,3	85,1
Telefone - rede móvel	89,8	93,6
Computador	58,8	67,9
Ligação à internet	x	74,1
Acesso a algum meio de transporte		
Automóvel (ligeiro de passageiros ou misto)	64,7	72,7
Bicicleta	x	12,3
Ciclomotor (até 50 cc.)	x	1,9 §
Motociclo (superior a 50 cc.)	x	7,8

Fonte: INE/DRE - IDEF - Inquérito às Despesas das Famílias

Notas:

x - Valor não disponível

§ - desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

Nota metodológica

O Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016 – IDEF 2015/2016 – realizado entre março de 2015 e março de 2016, constitui a edição mais recente da série de inquéritos quinquenais sobre orçamentos familiares (IOF) iniciada na década de 60.

O desenvolvimento destes inquéritos visa em primeiro lugar a atualização periódica da estrutura das despesas da população residente no país, pilar fundamental para a manutenção do cabaz de bens e serviços utilizado no Índice de Preços do Consumidor. Foram também recolhidos dados sobre o rendimento disponível monetário e não monetário dos agregados familiares e alguns indicadores de conforto básico.

Para o IDEF 2015/2016 foi selecionada uma amostra aleatória estratificada e multietápica, representativa dos agregados familiares residentes em alojamentos não coletivos no território nacional.



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

O dimensionamento da amostra utilizou a estratificação por NUTS II e critérios associados aos erros relativos de amostragem a *priori*, cujo cálculo se baseou num conjunto de dados sobre rendimento e classes de despesa monetária recolhidos em 2010/2011. De modo a cumprir os critérios de dimensionamento préestabelecidos, a amostra nacional foi constituída por 17 790 alojamentos, tendo sido distribuídos de forma uniforme ao longo das 26 quinzenas que constituem o período de inquirição.

A amostra foi selecionada aleatoriamente a partir do Ficheiro Nacional de Alojamentos, seguindo um esquema de amostragem estratificado (estratificação por NUTS II) e multietápico: as unidades primárias, constituídas por células da grid INSPIRE de 1km², foram selecionadas com probabilidade proporcional à dimensão do número de alojamentos de residência principal e as unidades secundárias (alojamentos) foram selecionadas sistematicamente dentro das unidades da 1ª etapa. É recolhida informação sobre todos os agregados e todos os indivíduos residentes nos alojamentos selecionados.

A taxa de respostas global corresponde ao quociente entre o número de entrevistas conseguidas e válidas (11 398) e a dimensão da amostra (17 790), ou seja, 64%. Considerando em denominador apenas os alojamentos elegíveis e contactados (15 665), obtém-se uma taxa de respostas específica de 73%. Na RAM, foram realizadas 1 314 entrevistas válidas numa amostra total de 1 600 alojamentos familiares, tendo-se atingido uma taxa bruta de resposta de 82,1%.

A recolha das despesas em bens e serviços de consumo corrente concretiza-se através do inventário diário e posterior registo informático de todas as despesas feitas por cada família selecionada durante uma quinzena. Os restantes dados, em particular os relativos a despesas retrospectivas (até 1 ano antes do período de referência), a rendimentos e bens de conforto, foram recolhidos através de entrevista direta assistida por computador (CAPI, a sigla para Computer Assisted Personal Interview).

Os dados sobre despesas de bens ou serviços cuja classificação de acordo com a COICOP está associada a um período de referência quinzenal, mensal ou trimestral, foram anualizados através da aplicação de um fator multiplicativo que têm em conta o número de períodos no ano: 26 no caso a periodicidade ser quinzenal, 12 no caso da periodicidade mensal, e 4 no caso de consumos a que está associada periodicidade trimestral.

Os resultados estimados foram obtidos a partir da aplicação dos ponderadores de agregado familiar. Estes permitem reproduzir as condições reportadas pelos respondentes para o conjunto de famílias residentes em Portugal, de acordo com pressupostos de semelhança em termos de região, grau de urbanização, dimensão familiar e características dos indivíduos (sexo, grupo etário, nível de escolaridade) que constituem os agregados. No cálculo destes ponderadores foi introduzido um fator para a correção das não respostas, sendo que as fontes de informação utilizadas para as variáveis de calibragem foram os resultados dos



Censos 2011, e ainda os resultados provisórios do ICOR 2015 para a estrutura das classes de nível de escolaridade.

Os resultados apresentados baseiam-se em despesas totais (englobando quer as despesas monetárias, quer as despesas não monetárias), e correspondem a despesas anuais médias, ou seja, médias anuais por agregado familiar.

A **Despesa Total** é composta pela soma da despesa monetária com a despesa não monetária, sendo que a componente monetária refere-se a todas as compras de bens e serviços, no país ou no estrangeiro, quer sejam para consumo imediato pelo agregado, oferta ou armazenamento, abrangendo um período de referência retroativo até aos 12 meses anteriores. As compras são avaliadas pelo seu valor total independentemente do modo ou momento do pagamento. A despesa não monetária abrange o autoconsumo (bens alimentares e outros de produção própria), o autoabastecimento (bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelo agregado), a autolocação (autoavaliação pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito de valor hipotético de renda de casa), recebimentos em géneros e salários em espécie.

O **Rendimento Total** é composto pela soma do Rendimento Monetário com o Rendimento não Monetário. O rendimento Monetário Líquido inclui os rendimentos obtidos pelos agregados através de cada um dos seus membros, provenientes do trabalho (por conta de outrem e conta própria), de propriedade e capital, de pensões (nacionais ou provenientes do estrangeiro), de outras transferências sociais (apoio à família, à habitação, ao desemprego, doença e invalidez, educação e formação, inclusão social) e de outras transferências privadas (de agregados domésticos privados e outras transferências n.e.), aos quais foram deduzidos os impostos sobre o rendimento e as contribuições para regimes de proteção social. O rendimento não monetário coincide com a despesa não monetária. Os dados sobre rendimento recolhidos no IDEF 2015/2016 referem-se ao ano de 2014.

O **rendimento por adulto equivalente** obtém-se dividindo o rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de adultos equivalentes, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. A escala de equivalência modificada da OCDE atribui, dentro de cada agregado, um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos (14 e mais anos) e 0,3 a cada criança.

Coefficiente de Gini: indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza.



A **linha de pobreza relativa** é o limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.

No contexto deste inquérito são consideradas **crianças dependentes** os indivíduos até 16 anos (inclusive), ou até 24 anos se economicamente dependentes (não exerçam uma atividade ou estejam desempregados).

